



PROJECTO

Pro-Cívico & Direitos Humanos

Finaciado por:



Implemetado por:





O Projecto

“PRO-CÍVICO & DIREITOS HUMANOS”

é financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia através da sua Embaixada em Moçambique e será implementado pelo consórcio composto 4 renomadas Organizações da Sociedade Civil Moçambicanas, nomeadamente:

- O Instituto para Democracia Multipartidária (IMD);
- Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC);
- Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC); e
- Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).

OBJECTIVO DO PROJECTO:

Contribuir para promoção de uma maior visibilidade, participação e engajamento das OSCs e dos cidadãos no processo de tomada de decisão em diferentes níveis de governação, tornando-os actores influentes na promoção de uma governação inclusiva, sensível às questões de direitos humanos e que respeite as necessidades de grupos marginalizados.

RESULTADOS ESPERADOS

Aumentado o nível de visibilidade, dinamismo e envolvimento da Sociedade Civil no processo de tomada de decisão aos vários níveis, contribuindo para o bem-estar das comunidades locais; em particular das mulheres, jovens e pessoas com deficiência;

1. Aumentada a capacidade e habilidade dos actores da sociedade civil na defesa do espaço cívico e acesso a informação;
2. Aumentada a capacidade e habilidade dos actores da sociedade civil na defesa do espaço cívico e acesso a informação;
3. Reforçados os mecanismos de proteção dos direitos humanos e dos seus defensores.

LOCAL DE IMPLEMENTAÇÃO

O projecto incidirá essencialmente nas Províncias da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Igualmente terá intervenções de abrangência nacional.

DURAÇÃO DO PROJECTO

4 anos – Início em 2023

VALOR TOTAL DO PROJECTO

5.4 Milhões de Euros

GRUPO ALVO E OUTROS STAKEHOLDERS

OSCs e Cidadãos de 4 províncias-alvo (Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia), defensores dos direitos humanos, minorias sexuais, mulheres e crianças; Cidadãos e comunidades locais, em particular crianças, mulheres, jovens e pessoas com deficiência.

O projecto trabalhará lado a lado com grupos cívicos locais (plataformas, associações, coligações, redes, etc.) a nível provincial e distrital.

Para este projeto, as principais partes interessadas incluem:

- I. OSCs e Organizações Comunitária de Base (OCB) nas províncias seleccionadas, e redes de OSCs provinciais e nacionais relevantes;
- II. ii) Governo através dos Ministérios relevantes, Direcções Provinciais e Serviços Distritais, Parlamento e Assembleias Provinciais, e judiciário a todos os níveis

COMPONENTES DO PROJECTO E PRINCIPAIS INTERVENÇÕES

RESULTADOS ESPERADOS

1. Aumentado o nível de visibilidade, dinamismo e envolvimento da Sociedade Civil no processo de tomada de decisão aos vários níveis, contribuindo para o bem-estar das comunidades locais; em particular das mulheres, jovens e pessoas com deficiência;

OUTPUTS

- 1.1.As OSC locais aumentam seus conhecimentos e habilidades para defender seus direitos, participar no processo de tomada de decisões e entender o orçamento e a formulação de políticas.
- 1.2.Promoção de plataformas de diálogo inclusivas entre OSCs e decisores a vários níveis
- 1.3.Organizações da Sociedade Civil monitoram e influenciam a alocação orçamental e o processo de tomada de decisão nos sectores da educação, serviços de saúde sexual e reprodutiva e alocação orçamental para as comunidades (receitas da indústria extrativa)
- 1.4.Modernização dos espaços cívicos e adopção de mecanismos para o envolvimento activo da sociedade civil na tomada de decisão nos diferentes níveis de governação (Olavula & Sala do Cidadão)

RESULTADOS ESPERADOS

2. Reforçados os mecanismos de proteção dos direitos humanos e dos seus defensores.

OUTPUTS

- 2.1. Lobby e advocacia junto dos órgãos representativos do cidadão (Parlamento e Assembleias Provinciais) para aprovação de quadro normativo que proteja o espaço cívico.
- 2.2. Cultura democrática alargada e mecanismos de observação eleitoral e envolvimento cívico, especialmente os jovens

RESULTADOS ESPERADOS

3. Reforçados os mecanismos de proteção dos direitos humanos e dos seus defensores.

OUTPUTS

- 3.1. Defensores de direitos humanos, minorias sexuais, mulheres e crianças em zonas de conflito têm acesso a mecanismos de proteção dos direitos humanos

ORGANIZAÇÕES IMPLEMENTADORAS

O projecto é implementado pelo Consórcio composto pelas seguintes instituições



■ O Instituto para Democracia Multipartidária (IMD)

O IMD é uma organização da sociedade civil que opera em Moçambique desde 2001, inicialmente como Netherlands Institute for Multiparty Democracy – NIMD e, a partir de 2016, registado como uma organização nacional. Nas suas intervenções, o IMD busca contribuir para a consolidação da Democracia Multipartidária, através da assistência para o fortalecimento da

Governança Democrática, Participação Política e da promoção da cultura de Paz. O IMD possui uma experiência notável de trabalho com actores políticos, sociedade civil, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, sendo que as suas intervenções decorrem por via de formações, promoção de sessões de diálogo multipartidário e entre actores políticos e sociais.

Maiores informações: <https://www.imd.org.mz> / ou IMD - Instituto para Democracia Multipartidária - Home | Facebook



■ **Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC);**

A experiência do CESC inclui a implementação de projectos de grande e média dimensão que facilitam o engajamento cívico e a responsabilidade social com organizações locais (provinciais, municipais e distritais), inclusive por meio de doações e capacitação de organizações locais em projectos como: (i) O programa Canadian Women's Voice and Leadership (ALIADAS) que se concentra no empoderamento das mulheres com base em princípios feministas, apoiando organizações de mulheres; (ii) O programa de Democracia e Direitos Humanos da Embaixada do Reino dos Países Baixos (IGUAL) que se concentra no apoio a grupos marginalizados e defensores dos direitos humanos; (iii) O Programa de Apoio aos Actores Não Estatais da União Europeia, (PAANE),

através dos projectos Sou Cidadão e FMO+ que se concentram nas organizações locais que responsabilizam os prestadores de serviços de educação e saúde e que promovem a educação orçamental (compreensão do orçamento), análise e monitorização do orçamento, e acompanhamento das despesas públicas locais; O CESC foi pioneiro em ferramentas de responsabilidade social que foram adaptadas à realidade moçambicana e estão a ser adoptadas e utilizadas por organizações locais, tais como o Community Scorecard, Public Expenditure Tracking, a plataforma Olavula e Social Audits. O CESC faz parte da direcção do MEPT, membro fundador da FMO e da Rede Comunitária de Gestão de Recursos Naturais, e também actua na Rede Moçambicana de Direitos Humanos (RDRH) e PLASOC, bem como em outras organizações internacionais, nacionais e redes provinciais.

Maiores informações: <http://www.cescmoz.org/>



■ Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC)

O MASC é uma organização moçambicana sem fins lucrativos, legalmente registada, que funciona como Mecanismo de Apoio ao Desenvolvimento de Capacidades e Concessão de Doações da Sociedade Civil. Devido à sua interação regular com outros mecanismos de financiamento regionais e internacionais, a Fundação MASC é reconhecida como um centro de excelência na

área de governança e desenvolvimento. Estes incluem SAVI Nigéria, Fundação de Governança da Zâmbia (ZGF), Fundação da Sociedade Civil da Tanzânia, Fundação de Desenvolvimento Comunitário do Quênia (KCDF); STAR-Gana; Aga Khan Foundation (Moçambique, Índia e Bruxelas), BRAC (Bangladesh), SEWA - Association of Self-Employed Women (Índia) e UFADHILI Trust (Quênia), para citar apenas alguns. As instituições acima têm oferecido inúmeras formas inovadoras de trabalhar com as comunidades e criar um desenvolvimento sustentável muito baseado em processos participativos de baixo para cima. O MASC tem experiência relevante como doador e trabalhando com organizações formais e informais. Todas as intervenções do MASC são baseadas em pesquisa de campo e mapeamento de atores locais, bem como no uso de uma estratégia holística, integrada e multifacetada.

Através da promoção de conferências nacionais e internacionais, debates e trocas de experiências sobre questões de desenvolvimento e mecanismos de financiamento, a Fundação MASC aproveitou as lições aprendidas e adaptou e testou muitas ideias no contexto moçambicano. Alguns exemplos incluem OLAVULLA (a primeira interface direta baseada em TI entre cidadãos e provedores de serviços), Mobilize (uma plataforma de conscientização pública e treinamento de mídia de massa para eleições), VDOs (organizações de desenvolvimento de aldeias que representam a voz e necessidades das comunidades) e mediadores sociais (jovens pessoas capacitadas pela Fundação MASC que atuam em nível comunitário para ajudar a estimular movimentos comunitários sustentáveis, como Brotar, Sucesso, Observatório de Saúde, entre outros.

Maiores informações: <https://masc.org.mz/>





■ Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD)

O CDD é agora uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, bem estabelecida e influente, de interesse público, que defende uma governança democrática responsável que serve à cidadania, incluindo as comunidades menos conectadas ou mais marginalizadas. Como um think & do tank, o CDD combina análise de economia política, abordagem baseada em direitos e metodologias participativas para co-criar prioridades programáticas, aumentar a apropriação local e garantir a sustentabilidade de mudanças de curto e longo prazo para contribuir para a construção de comunidades resilientes, inclusivo, democrático e com respeito pelos direitos da sociedade moçambicana.

Como membro da Rede de Defensores de Direitos Humanos da África Austral (SAHRDN), o CDD tem liderado os esforços para o estabelecimento e fortalecimento da Rede de Defensores de Direitos Humanos de Moçambique (RMDDH) desde novembro de 2019. O CDD é a organização da sociedade civil que as pessoas frequentemente recorrem para questões e assistência relacionadas com os direitos humanos. O CDD tem escritórios nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Gaza. Catalisado pelo CDD, o RMDDH está agora mais organizado e dando passos concretos para o seu desenvolvimento e consolidação institucional.

Maiores informações: <https://cddmoz.org/>



QUESTÕES DE GÊNERO E ABORDAGEM INCLUSIVA

A integração da abordagem de género e inclusão (mulheres, jovens e PCD nas intervenções deste programa) é uma das principais marcas e fortalezas do consórcio. De facto, todos os membros do consórcio têm uma vasta experiência de trabalho com a inclusão de mulheres, jovens e PCD. As abordagens promovidas pelos membros do consórcio têm a particularidade de promover a inclusão de grupos vulneráveis durante os processos de planeamento, implementação e reporte, captando indicadores centrados nos direitos e necessidades específicas destes grupos.

Durante a intervenção, quer no apoio às OSC locais, quer em ações de formação, é mandatário para este consórcio a promoção de plataformas de diálogo e proteção dos direitos humanos, as questões de género e a adoção de abordagens inclusivas (mulheres, jovens e pessoas com deficiência).

Igualmente, nas intervenções diretas com grupos informais, asseguramos uma dimensão sensível às questões de género em vários momentos, nomeadamente no planeamento, nas ações de capacitação, na produção de materiais didáticos e no processo formativo. Além disso, em ações para promover a participação de grupos informais em fóruns locais de decisão, sempre se incentiva a integração de género de forma equitativa, para que as necessidades possam ser melhor compreendidas, considerando a diversidade existente.

Finaciado por:



Implemetado por:

